

A INQUISIÇÃO COMO SABER

*Sónia Siqueira**

Reflexões sobre a Inquisição num momento em que tudo parece convergir na historiografia para o Presente só são factíveis dentro do posicionamento metodológico da Nova História que sugere a leitura, de modo diferente, de alguns tipos de registos oficiais.

A proposta é a de repensar o Santo Ofício inserindo-o em determinada construção da cultura. Como pano de fundo, certo, fica um relativismo cultural. "Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, em entrelaçamento que varia de uma cultura para outra".¹ Mais do que um estudo de caso, acima da pretensa dicotomia entre o central e o apendicular na História, a análise da variedade de evidências deixadas pelo Tribunal permite a percepção das mudanças de um universo mais amplo. Dá relevo a duas faces de uma realidade vivida: aquela das pessoas comuns, na rotinização de seu cotidiano, interagindo com os grandes acontecimentos seicentistas (reformas, Ocidentalização do mundo) e a do poder social institucionalizado penetrando a vida dos diferentes grupos sociais. Capítulo das submissões conscientes e inconscientes, bem como das resistências e das rebeldias às pressões do sistema sócio-político e religioso. Em questão, as pessoas comuns e a gradas, as estratégias, a liberdade do indivíduo e do grupo com os limites que a cultura lhes poz.

História vista de baixo e história vista de cima, dos que detiveram o Poder e dos que dele estavam excluídos. História da fabricação de um saber, perceptível nos discursos e na linguagem, norteador de procedimentos que pautaram os comportamentos.

Ao repensar as explicações históricas paradigmáticas procura-se realizar o que Burke, com rara felicidade, aventou ser necessário fazer: captar o "socialmente invisível" e "ouvir o inarticulado, a maioria silenciosa dos mortos".

No início do século XVI, quando a Europa Ocidental se defrontava com as transformações do Renascimento, instalou-se em Portugal o Santo Ofício da Inquisição, instituição sob muitos aspectos inspirada em precedentes medievais. Instalou-se e permaneceu por três séculos. Constituiu-se, ela própria, a encarnação de uma forma específica do saber. Pels sua vida compôs saberes e exerceu poder.

O estudo de sua justificação jurídico-moral dentro de determinadas condições histórico-sociais é essencial para a compreensão do saber que definiu. Saber que se tornou o pano de fundo orientador de uma processualística criada para agir em conformidade com o juízo que obrigava em relação às pessoas. Juízo que comportava ideais de purificação e obsessões persecutórias.

O poder produz saber. Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber "nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder". Vigiando e punindo o Santo Ofício actuou por longo tempo na vida metropolitana e colonial impondo uma política do medo concretizada numa liturgia das penas, ancorada paradoxalmente no segredo dos procedimentos jurídicos e nas escâncaras das confissões, sentenças e penas.

* Universidade de São Paulo.

¹ Burke, Peter: Abertura: a nova história, seu passado seu futuro. In A escrita da História. Trad. 2a. ed. Ed. da Unesp São Paulo, 1992 pg. 15.

1. A INQUISIÇÃO COMO FORMA DE SABER

A construção do saber moderno

"... Em cem anos a nossa época contém mais efeitos memoráveis que o mundo inteiro em quatro mil..." O juízo de Campanella testemunha a consciência contemporânea de um momento da civilização ocidental em que uma série de forças impulsionou mais rapidamente as transformações de um mundo até então abandonado a outras formas de vida.

Nesse tempo o património cultural herdado foi revisto, principalmente em confronto com a Antiguidade greco-latina. À análise crítica seguiu-se natural triagem selectiva, e muitos valores clássicos foram revitalizados ao longo dos séculos XIV, XV e XVI. A consciência que o homem tomou do poder realizar tal escolha e a coragem de fazê-la incentivou-o a erigir outros padrões, e buscar outros princípios para substituir os rejeitados, e assim pelas fendas abertas pela crítica, insinuou-se o *novum* no seu complexo de cultura. Paralelamente, porém, mantinha-se o *tradicional*, de maneira ostensiva, ou subjacente nos espíritos.

Herança e criação fundiram-se na vida do espírito. Conflitaram-se, às vezes, induzindo mudanças, exigindo reajustamentos. Alterações se processaram no pensamento como na vida sócio-económica, política e religiosa.

No plano das ideias, foram buscadas novas bases para filosofia e para a ciência, e sobretudo para esta, novos métodos. As humanidades floresceram.

Sínteses novas foram elaboradas para o pensamento, após o trabalho de crítica e seleção dos dados do passado. Seccionava-se o pensamento medieval, do qual foram revistos expressamente a teoria escolástica do conhecimento e o saber escolástico sobre a realidade.

À procura de novas colocações de problemas gnoseológicos e metodológicos apareceram círculos neoplatônicos, filósofos da natureza, aristotélicos, cépticos, críticos e estóicos entre outros.

Desarticulava-se a unidade da Escolástica, unidade esta já comprometida nos últimos anos da Idade Média, pela oposição entre o agostinianismo e o aristotelismo, pela querela dos universais, pelo aparecimento de tendências empíricas dentro de uma filosofia especulativa.² Recuava o Tomismo: decaía a autoridade e afrouxavam-se os laços que prendiam a filosofia e a teologia.

Os novos sistemas deitavam raízes na Antiguidade. Os neoplatônicos revivificavam Platão, deslizando às vezes até Plotino. Tentaram seus adeptos, sobretudo Marcilio Ficino e Leão Hebreu, realizar uma síntese da filosofia grega e do Cristianismo, com um concepção optimista da beleza. Adotando a teoria neoplatônica da emanção, resvalaram alguns para o Panteísmo.³ Os filósofos da natureza buscaram a naturalização da filosofia dos jônicos. Espiritualmente aparentados com Nicolau de Cusa, tiveram em Giordano Bruno uma figura mais expressiva, secundada de perto por Paracelso, Campanella e Girolamo Cardano.

"... O mundo é de ouro e o homem chegou a usar retamente a razão" declarara Paracelso, por isso devia ele entregar-se à descoberta do que o mundo encerrava de oculto.

Caminhos? A mística da natureza, a Cabala, ou a Astrologia, desde que se chegasse ao domínio do *spiritus mundi*.⁴

Os estéticos recolhiam influências de Cícero, Sêneca e Quintiliano para fomentar nova moral filosófica de que foram propagadores sobretudo Pedro Ramus e Ludovico Vives.

O denominador comum de alguns desses grupos de filósofos era a libertação da disciplina tomista. No entanto o espírito do Cristianismo persistiu dentro dos novos sistemas, diluído, impulsionando as tentativas de síntese de valores, ou motivando negações.

As ideias que se apresentavam como novas ou como reatualizações, deixavam sempre entrever aspirações confusas que buscavam a satisfazer a um imenso "apetite do divino", ainda que formalmente pudesse se opor às soluções tradicionais. Neste sentido aquelas sínteses intentadas não eram rupturas, mas acabavam sendo ao final prolongamentos da Idade Média. Novos caminhos sobre o mesmo.

² Chevalier, Jacques: História del Pensamiento. El pensamiento cristiano. Madrid. 1960 Trad. T. II pg. 497 e segs.

³ Huit, Charles: Le platonisme pendant la Renaissance in Annales de philosophie chrétienne. Paris, 1895 pg. 30 e segs.

⁴ Koyré, A.: Mystique, spirituels, alchimistes au XVI e siècle. Paris 1914.

Os pensadores do Renascimento cuidavam menos de Deus e da graça para com mais desembaraço voltarem-se à descoberta da natureza e do homem. Não chegavam, em geral, ao extremo de esquecer a Deus, e ainda menos, de negá-lo. Lourenço Valla, por exemplo, nas suas *Dialecticas disputationes contra aristotelicos* valorizava um naturalismo que recusava a definir a natureza como fim e se contentava em divinizar a realidade. Rudolfo Agrícola sonhava com o Humanismo a serviço de Cristo. Luis Vives, no seu *De anima et vita* acabou por inserir o Platonismo na tradição ortodoxa. O próprio Pedro Ramus, no seu anti-aristotelismo vigoroso condenava Aristóteles especificamente na sua negação da criação e da Providência, e nas regras da moral independente.⁵

Apesar do advento do pensamento renascentista, a filosofia da Escola perdurou, embora embaraçada pelas disputas estereis, pela rotina que impedia as criações do pensamento, pela dialética verbal despida de realidade. O novo construiu-se sobre o velho, sobre o muito velho às vezes. Os germens do desequilíbrio no mundo das ideias estava na coragem individual de escolher outro sistema de pensamento. Coragem que se prendia a uma autovalorização muito grande. O Renascimento com suas fermentações críticas rompeu a unidade do pensamento, liberou uma disparidade que por sua vez engendrou a instabilidade dos espíritos. O teste da liberdade, o imperativo das opções que se multiplicavam acabou por aninhar o desassossego, até a angústia. Tentando recuperar o Cristianismo, pela volta às fontes puras ou mediante enriquecimento pelas filosofias antigas, para reconstrução do edifício, havia-se atingido seus alicerces, seus fundamentos, e com isto, paradoxalmente, abalara-se o próprio edifício. A razão intentando servir à crença, ameaçava sacrificar a crença a serviço da razão.

Essa recolocação dos problemas do espírito favorecia o desenvolvimento de uma actividade livre e independente. Mudava-se, gradativamente, nos diversos países da Europa, a própria maneira de encarar o mundo. Infiltrou-se um pendor sensualista definido por Campanella; um neo-nominalismo passou a ensinar que se devia partir da experiência sensível para se aprenderem as coisas. Deus permanecia intocado, preservado pela teologia: o novo comportamento do espírito, o empiricismo, era para as coisas terrenas. Só mais tarde, quando se pretendeu abordar a divindade por esta via, alargando-se a aplicação do método, Deus foi posto em causa e a incredulidade começou a devastar os espíritos.

Na Península Ibérica esse alargamento do campo cultural, essa elaboração de nova mentalidade recebeu grande impulso do movimento de expansão ultramarina. A orientação experimental que tomou o grupo ligado às actividades náuticas contrapôs-se à cultura universitária, de cunho teórico e livresco, amarrada ao Tomismo.

Esses avanços no campo da experiência marcados pela reinterpretção dos dados tradicionais e pela proposição de novos problemas buscavam seu princípio no pensamento cristão do tempo, mantendo, portanto, a continuidade da cultura anterior.

O gosto pela experiência encontrava sua base e sua justificação na ideia metafísica, especificamente cristã, de que sendo o mundo obra de Deus, não podia ser reconstruído *a priori* conforme as regras da razão humana, e sim devia ser observado tal qual era, porque só se poderia reconhecer a vontade de Deus comprovando a sua obra. Mais: foram principalmente os pensadores de Oxford – franciscanos – os que realizaram a aliança profunda da observação com os meios técnicos que permitiram precisar dados.

Dentre os mestres oxonienses Rogerio Bacon foi o mais significativo, ao aliar a especulação ao gosto pela ciência experimental e usar os métodos matemáticos para explicar os fenómenos físicos.⁶ Raimundo Lulio, franciscano terceiro, na sua *Ars Magna* preludeu a logística moderna, ao propor um método de raciocínio universal.

O Nominalismo, tendo em Ocam sua maior expressão, configurou o pensamento num puro racionalismo, mas terminou num fideísmo místico. Dissociando a razão e a fé preparou Ocam o terreno para o empirismo científico ao separar a metafísica do conhecimento da realidade material, e incitou a Igreja a uma revisão geral de sua posição doutrinária.

A coragem de indagar ante os estímulos da natureza permitiu a inserção de novos dados na cultura do tempo. Não obstante Deus continuava sendo o *primum movens*. Embora os espíritos aninhassem inquietações, a ciência que se esboçava não dava apoio à irreligião.

Ao mesmo tempo um tipo erudito se entremostrava. Os humanistas surgiram, intentando servirem-se das letras antigas para tornar a humanidade mais feliz, mais civilizada e os homens mais humanos. Exaltava-se o valor do homem. Valor que se revelava na *virtù*, na capacidade de auto realização. Ideal antropocentrista, que se traduzia em um agressivo individualismo.

⁵ Chevalier J.: op. Cit. Pg. 563.

Escorados no seu próprio saber os humanistas dispuseram-se a ordenar o mundo em que viviam, sem no entanto contestar que no princípio e no fim desse mundo estava Deus. Colocaram-se eles frente às soluções medievais, dispostos a revisa-las, a crítica-las e se necessário, a combatê-las. Essa atitude acabava gerando grandes dúvidas, angústias e insatisfações. Incitava a reformulações da vida intelectual, espiritual, social, na procura de um novo equilíbrio do pensamento, e dos sentimentos. Da vida como um todo.

A vontade de dominar a natureza, que se procurava conhecer cada vez mais, como condição de auto realização, exaltava em alguns homens a consciência de seu poder. Quanto mais esses homens sabiam, maior valor lhes era reconhecido por certo grupo de seus contemporâneos. Poder que se fundamentava na força e na capacidade pessoal. Desgastava-se a ideia de uma comunidade supra individual e supra nacional.⁷

A mobilidade das ideias tinha seu paralelo no campo social. Iniciou-se um processo de revisão ligado á alta burguesia em ascensão. Esboçou-se um outro dinamismo polarizado entre o aproveitamento do tempo e o dinheiro: elementos móveis. O desenvolvimento da economia monetária introduziu a mentalidade quantitativa e os grandes burgueses prefiguravam um mundo organizado sobre princípios racionais calculáveis.

O homem económico – símbolo da nascente elite – era dotado de força expansiva e por isso através das conexões internacionais do universo capitalista pode transitar da pequena e media empresa para as grandes. Habitua-se a avaliar o resultado da acção avaliando o êxito dela.

Paralela a essas elites do dinheiro e da inteligência persistia a sociedade armada sobre os valores tradicionais embasada economicamente na posse da terra, convicta de que a ordenação do mundo era apenas projecção da vontade do seu criador.

Se o pequeno burguês honrava a Deus com certa familiaridade, e se o grande burguês via na divindade como que um sócio comercial, um e outro reconheciam na existência de Deus o princípio e o fim das suas vidas e do mundo. Se a religiosidade imperante eventualmente podia configurar-se como um cálculo de vantagens, simbiose entre a graça divina e as próprias habilidades humanas, a religião persistia a dar-lhes às vidas um impulso constante. Religião que ainda era a grande força aglutinadora dos homens.

No entanto, em meio às alterações que se sucediam, instalara-se a insatisfação em todos os campos da vida do homem, tornando premente a necessidade de mudanças. Mudar, para achar uma nova segurança que substituisse a que se ia perdendo. Procurava-se o restabelecimento de uma ordem truncada. Às tentativas várias, responde um clima de experimentação e de pedagogismo. Instalou-se o Barroco, contendo no seu substrato um determinado *idearium*. Certo modo de reagir da sensibilidade e da inteligência, diante dos grandes problemas do século. Buscou-se elaborar sínteses que fossem respostas às perplexidades e inquietações reinantes nos espíritos e na vida humana. Paradoxalmente desordenou oara buscar a ordem. Depois elaborou reformas. Foi criador e apresentou soluções. À liberdade humanista respondeu com a nova disciplina da Escolástica restaurada. No campo sócio-económico definiu uma nova aristocracia infiltrada de burgueses, palaciana, domesticada pelo trono, com novos comportamentos e nova mentalidade. No campo político o estado absoluto disciplinou um estado sem forma final. No campo religioso a disciplina foi restabelecida por uma nova dogmática: Trento.

O Barroco exacerbou-se na Península Ibérica dado o ambiente cultural pré-existente onde a Igreja ocupara o primeiro plano desde o século XIII.⁸ Dominou os séculos XVI e XVII, alcançando sua plenitude nas últimas décadas do primeiro.

O Rei, a Igreja e o redimensionamento do saber

No princípio do século XVI, quando reinava D. João III, Portugal tentava pôr-se em consonância com o ocidente europeu, trilhando os caminhos do Humanismo.

A redescoberta da Antiguidade, do Mundo e do Homem gerava novos ideais e evidenciara novas potencialidades de acção e de vida espiritual. Implantava-se nova visão de todas as crenças e de todos os princípios do pensamen-

⁶ Cf. Principalmente a publicação do P. Delorme das Ópera hactenus inedita R. Baconi. Oxford. 1937.

⁷ Martin, Alfred von: Sociologia del Renacimiento. México, 1966 3a. ed. pg. 13-17.

⁸ O Cristianismo foi o elemento de consolidação do primeiro estado espanhol -- o visigodo -- após a conversão de Recaredo. Desde o século IX a Reconquista funde a ideia da recuperação religiosa à ideia de recuperação nacional, conforme o testemunha a Crónica de Afonso III e a Crónica Albeldense.

to. Fracassara a última tentativa – a de Carlos V – de restaurar o Império Cristão. O próprio Cristianismo sofrera as fragmentações luterana, calvinista ou anabatista.

O Humanismo extrovertia-se numa atitude crítica continente da ânsia de instaurar uma ordem nova, de elaborar diferentes maneiras de pensar, agir e raciocinar. Planteavam-se novas questões nesses tempos em que o homem se embriagava de si mesmo e de suas obras. Renovada a ideia de mundo alteravam-se as perspectivas do homem.

Desde D. Fernando vinham-se processando profundas modificações na sociedade portuguesa. A evolução urbana recondicionara a estrutura demográfica e a perspectiva agrária da vida económica e social. Afrouxara a tutela do braço eclesiástico sobre a vida temporal. A burguesia, recém chegada às honras e às riquezas procurava afirmar-se definitivamente nos quadros sociais. Uma nova sociedade tentava erigir-se, reclamando o direito de repensar tudo aquilo que lhe for a legado pelos anos anteriores.

Traços culturais dos séculos pretéritos prolongavam-se pelo XVI, inclusive as preocupações religiosas.

A imitação dos modelos europeus levava o pensamento português a procurar libertar-se dos vínculos medievais, a abrir-se ao humanismo cosmopolita, sensorialista e por vezes paganizante. O Catolicismo arraigado nos espíritos por longos séculos imprimira uma cosmovisão e uma escala de valores que entravam muitas vezes em choque com os valores diferentes que se infiltravam nas mentes e nos sentimentos.

A atmosfera de conflito envolveu também Portugal. Provas? A crise da cultura em que emergira o país e que se manifestava de um lado pelo abalo da Filosofia tradicional e consequente busca de novos sistemas de pensamento; de outro, por uma fé repassada de angústia, exaltação, racionalismos. Tudo, a gerar alterações e instabilidade de comportamentos diante de Deus, de si próprio e dos outros homens. Crises que reflectiam a configuração de um outro saber e se expressavam em contrastes e contradições. Crises que impunham a imprescindibilidade de reformas.

No plano da Filosofia vinham cessando as condições de existência de um pensamento vinculado à autoridade, em favor do prestígio da personalidade e da razão. O pensamento filosófico progressivamente desligado da teologia buscara novas formas de expressão: as da filosofia da natureza, de tendência empírica e crítica como a de Francisco Sanches em sua doutrina do *quod nihil scitur*, as do humanismo de António de Gouveia ou as da visão estética do mundo de Francisco de Holanda.

A variedade de soluções indicava a falta de um novo método e nova doutrina perfeitamente configurada que preenchesse o vazio que se havia promovido. A resistência ao impacto das novas tendências configurava os conflitos em que referviam os espíritos.

As novas filosofias semeavam doutrinas de heterodoxias. Não havia mais a preocupação de harmonizar a visão do mundo com os dados da revelação. E os espíritos deixavam-se abalar.

No campo da religião os desvios se exacerbavam proliferavam as adivinhações, os conjuradores, os encomendadores. Superstições e feitiçarias visavam a galvanizar a sorte, evitar males, conseguir bons livramentos na justiça, alcançar novas fortunas ou desenterrar tesouros. Filtros mágicos propiciavam sucesso nos amores mais difíceis ou eliminavam terceiros intrometidos voluntária ou involuntariamente entre os pares de amantes. Os pactos com o diabo garantiam a inviolabilidade dos corpos e o inquestionável sucesso das vidas.

Os homens gastavam em superstições e credices seu potencial de religiosidade. Exaltações da fé que se espraiavam por todos os degraus da sociedade. Invadiam as antecâmaras dos reis, coavam-se através dos muros conventuais ou catedralícios. Desvios da crença que marcavam os homens porque criam intensamente mas estavam desnorteados.

Com amargo criticismo passou-se a anotar, em seus mínimos detalhes, a conduta dos eclesiásticos em sua vida privada que em geral nada tinham de exemplar. Em todas as facções do clero as virtudes cardeais de alguns de seus membros estavam transformadas em princípios de anarquia. Anarquia que solapava quando não destruía as virtudes teológicas. Tristes exemplos, os conventos de Recião⁹, o de Almoster, o da Ordem de S. Bernardo, o de Odivelas, ou o de Pombeiro.¹⁰

⁹ A abadessa de Recião, Clara Fernandes, filha do conde de Marialva, vivia escandalosamente dentro dos muros conventuais, permitindo a suas freiras que levassem idêntica vida dissoluta. Viterbo, Frei Joaquim de Santa Rosa de: *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Vbo. *beguinas*. Lisboa, 1798 t. I pg. 207.

¹⁰ Os Visitadores Apostólicos do mosteiro de Pombeiro ordenaram ao abade entre outras coisas, que puzesse porteiro à porta do claustro; que não deixasse entrar mulheres; que os monjes tivessem senso na igreja e no refeitório; que confessassem e comungassem uma vez ao mês. Meireles, Frei António: *Memória do Mosteiro de Pombeiro*. Lisboa, 1942, pg. 145.

Impunha-se ao Rei a acção diante desse estado de coisas. Diante das crises estavam trono e rei necessitando prover-se de meios para garantir a ordem, solucionar os conflitos íntimos. Reordenar o pensamento, reequilibrar a religiosidade era imprescindível para uma certa homogeneidade do comportamento social e principalmente para alicerce da estabilidade do trono, árbitro entre os vários estamentos sociais, garantia da religião e posição do clero.

Depois de terem vivificado vários anos à sombra do trono, o humanismo ideológico e o humanismo cristão, enraizados nos estudos de número significativo de pessoas em Lovaina e em Paris – os bolseiros del rei – e de figuras como a de Clenardo, D. João III deu nova orientação ao saber moderno em Portugal. Enveredou pela defesa rigorosa da ortodoxia e pela manutenção da ordem, escorado em duas instituições de origem exógena: a Companhia de Jesus, e o Santo Ofício, criado por sua iniciativa. Doutrinação dos espíritos e polícia das consciências.

Com o apoio dos filhos de Santo Inácio possível dar nova inflexão ao pensamento: restaurou-se a Escolástica, e com ela houve uma tendência a acalmar as inquietações das inteligências. Foram também os jesuitas que configuraram uma nova piedade que contentou as sensibilidades.

A revivificação da filosofia da Escola, no século XVI, não foi um retorno, um movimento anacrónico, vazio do espírito de liberdade. Foi um movimento de conservação e acrescentamento do património espiritual. Conservou-se a linha evolutiva do pensamento cristão. Provam-no a maneira pela qual se realizou e os princípios que redefiniu.

A Escolástica restaurada abriu-se aos interesses modernos para as questões filosófico-sociais, como a ética económica, a soberania popular, o direito de resistência, o direito nacional e internacional. Em Portugal esse movimento teve dois pontos exponenciais: o Curso Conimbricensium – verdadeira enciclopédia aristotélica – trabalho conjunto de Pedro da Fonseca e de seus discípulos Manuel de Góes, Magalliano, Sebastião do Couto e Baltazar Álvares, e a obra de Francisco Suarez.

O Curso Conimbricense foi uma transposição para o campo filosófico e científico da atitude dos teólogos em face da Bíblia e dos jurisconsultos em face do Corpus Juris Civilis.¹¹ Seus autores conseguiram coordenar uma notável sistematização doutrinária com primoroso arranjo didático. Comentadores e exegetas do texto aristotélico, compendiarão os conhecimentos mais aceitos da Renascença e discutiram problemas suscitados pela nova Escolástica. O contacto com Aristóteles através dos originais gregos não das traduções latinas ou árabicas indica uma assimilação dos processos humanistas.¹²

Suarez fez de suas obras políticas o cerne de seu sistema de pensamento. No *De legibus* fixou exactamente a ideia da lei civil e da sociedade política. Definiu o Estado como um organismo moral, distinguindo a *potestas dominativa* e *potestas jurisdictionis*, declarando que o *corpus politicum mysticum* possuía finalidade própria: a justiça, e era de direito natural, realizado *hic et nunc* por um acordo de vontades. O poder público, necessário ao Estado, era também de direito natural, *suprema in suo ordine*. Definitiva era a delegação do poder público, e o monarca legítimo era detentor de uma soberania autêntica. Colocou o fim do Estado na realização de uma verdadeira felicidade política, e o bem comum – fim supremo em sua ordem – tendo por princípio a justiça legal.

No *Defensio fidei* tratou da limitação da soberania. Limitações internas, *a priori* e *a posteriori* ao exercício dessa soberania; limitações externas pelo poder indirecto da Igreja. A Igreja foi definida também como uma sociedade perfeita. O Estado não possuía qualquer prerrogativa espiritual, mas a Igreja, possuía no temporal poder indirecto necessário à consecução de seus fins próprios. Das limitações externas também constavam as *do Jus Gentium*. A respeito definiu a incoerência da noção de império universal, pintou a humanidade como um corpo solidário nos serviços e no mútuo auxílio – unidades quase políticas – susceptível de um direito próprio, o *direito das gentes*. Este direito regulamentava comércio, diplomacia, guerras, definia a soberania nacional e a ordem internacional.

Teólogo e jurista Suarez definindo claramente a soberania do Estado e suas relações com outros valores éticos-jurídicos, procurou resolver os problemas suscitados pelo seu tempo.

Quanto às ânsias de uma nova espiritualidade a resposta veio com o aparecimento da Companhia de Jesus, prenhe de preocupações de unir a vida espiritual à vida do século, numa conjugação programática do humanismo com o cristianismo no campo da cultura.

¹¹ Dias, José Sebastião da Silva: Portugal e a cultura europeia. Coimbra, 1953, pg. 39.

¹² Idem, pg. 40.

A aceitação fácil da neo-escolástica e do jesuitismo mostram o rumo verdadeiro dos interesses das inteligências e das necessidades dos espíritos que reencontravam seu rumo. Acentuavam, em contrapartida, a inadequação das soluções que se apresentaram nas primeiras décadas do século XVI.

D. João III compreendia a necessidade de assegurar a ordem, condição indispensável para a realização de seu ideal político, de carácter unitário. A unidade da fé era essencial ao reino cristão. O Estado era uma "comunidade cristã politicamente organizada". Era do maior interesse para a realeza manter a unidade do reino e para tal a unidade das consciências. Unidade e ordem, ingredientes indispensáveis à construção do absolutismo, instalado desde D. João II.

D. João III, rei já moderno de um estado nacional, fundiu os horizontes e interesses do trono com os de sua fé cristã. Buscava como sustentáculo de sua força política, estabelecer a unidade intra fronteiras. Essa unidade implicava, sobretudo, na harmonia entre a doutrina cristã e a filosofia da vida. Implicava, entre outras coisas, na supressão das idéias que pudessem abalar a catolicidade do povo português, na eliminação de práticas que suscitasse dúvidas sobre a verdadeira religião, no esvaziamento de qualquer exemplo ou de qualquer proselitismo que toldasse a convicção dominante. Em outras palavras: era obrigação do soberano garantir a paz do reino, eliminado, automaticamente, quaisquer discrepâncias que sobre ela pairassem como ameaças. A defesa do Império Português exigia a ausência de heretodoxias.

O rei português era homem de uma certa facção de seu tempo. Humanista até o momento em que sua abertura mental não chocasse com seus sentimentos religiosos. Tudo aquilo que pusesse em perigo as estruturas estabelecidas tinha sua rejeição, como aliás a dos homens que o rodeavam e que com suas opiniões o aconselhavam antes de tomar as decisões. A constância da expressão "havendo sobre isso conselho" nos documentos de seu reinado parece prová-lo.¹³ A íntima relação rei-povo ficou atestada em muitos passos por seus cronistas. Elucidativas são suas palavras ao povo que lhe podia maior número de cortes: "Hei por bem vos conceder o que neste capítulo pedis, e se me parecer vosso serviço e bem dos reinos fazer cortes mais vezes o farei naqueles tempos em que me parecer que disso há necessidade".¹⁴

D. João III precisava ter sob seu controle directo e imediato um instrumento de autoridade que lhe permitisse fixar certas medidas que tomava para assegurar sua política religiosa e cultural. Por isso pediu à Santa Sé a instituição do Tribunal da Fé.

A Bula *Cum ad nihil magis*, de 1547 dava ao rei de Portugal um Tribunal com todas as prerrogativas desejadas pelo soberano. A Inquisição surgia na intersecção de dois processos culturais, o Renascimento e o Barroco. Surge não como um anti-Renascimento, um refluxo da cultura. Surge, fruto do saber de um novo tempo, de uma outra construção cultural. Cosntrói seus paradigmas que alicerçam seus procedimentos.

2. O SABER INQUISITORIAL

O saber dos dirigentes

Criadoo Santo Ofício, na confluência de interesses e necessidades nacionais e universais, sustenta-o o hibridismo jurídico e teológico que lhe permite constituir justiça específica.

Os membros do Tribunal tem saber e criam saberes. Integrar os quadros inquisitoriais implicava em pertencer senão a uma outra ordem, ao menos a uma amplíssima corporação laico-religiosa. Privilegiados, possuidores de estatuto especial dentro da sociedade, as condições de ingresso previam, no mínimo, a exigência da alfabetização. À proporção que se ascendia na escala de importância dos cargos ocupados, ampliavam-se os conhecimentos. Exigiam-se estudos universitários de Leis, Teologia ou Cânones (às vezes ambos). Pediam-se juristas. Homens formados no culto do direito constituíam uma prevenção contra o arbítrio nos julgamentos.

¹³ Freire de Oliveira, Eduardo: Elementos para a história do município de Lisboa, 1882 t. I pg. 544.

¹⁴ Gama Barros, Henrique da: História da Administração Pública em Portugal nos séculos XIII a XV. Lisboa, 1946 t. II pg. 177 nt. 2.

O Santo Ofício abrigava, pois, pessoas gradas que o integravam e mantinham. A elas competia agir, detectando e classificando as heresias. Colhiam-se os factos, continentes eventuais ou necessários dos deslizes. Da sua análise emergia o significado que, coado através do saber doutrinário, configuraria ou não a heresia e o teor de sua gravidade. Assim, blasfêmias contra a Virgem poderiam significar imisção no Protestantismo, relações homófilas ou bigamas, dúvidas sobre o sacramento do matrimônio.

Do saber teológico dependia a fixação da gravidade de falta. A escala era variável oscilando de levíssima a leve, a vehemente ou vehementíssima. Do saber filosófico dependia o julgamento das ideias oralmente expostas ou contidas em livros. Do saber canônico a obediência às determinações doutrinárias perceptível nos comportamentos. Na realidade era imprescindível também uma certa psicologia haurida no convívio com diferentes pessoas. Impossível elidir a carga de preconceitos que muitas vezes induziu a julgamentos apriorísticos principalmente quando estavam em questão os descendentes dos hebreus. Mais: no mundo colonial ficou o sério problema da incapacidade da compreensão de realidade tão diversa da europeia.

No flanco do poder do papa e do rei a Inquisição define e cimenta poder próprio: poder estabilizado, articulado numa multiplicidade de funções claramente definidas e estavelmente coordenadas. Prova-o a pluralidade de cargos e a rígida hierarquia que mantém a sua estrutura.

Na realidade o poder não deriva só da posse e do uso de certas prerrogativas mas na existência de determinadas atitudes dos integrantes do Tribunal da Fé. Importa a representação, as imagens sociais do poder. Estas estão rotineiramente repetidas numa sociedade inigualitária, alicerçada nos privilégios. Exemplos significativos os Autos públicos e solenes da Fé ou o cerimonial da instalação das Visitas do Santo Ofício, mesmo no mundo colonial. Ainda no esclarecido século XVIII, ficou registrada a publicação dos Editos da Fé e da Graça na Visita do Santo Ofício ao Estado do Pará: "Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1763. Aos 25 dias do mês de Setembro do dito ano nesta cidade do Pará se ordenou e saiu uma solene procissão da Igreja dos Religiosos de Nossa Senhora das Mercês compondo e assistindo nela o Cabido, Vigário Geral, Párocos, Coadjuutores, Clero, Religiosos, Irmandades e Confrarias desta Cidade, acompanhando o Governador e Capitão Geral, o Ouvidor, Juiz de Fora, Corpo de Câmara e um Regimento e um Terço de militares em marcha com suas insígnias e armas, levando debaixo do palio ao Senhor Inquisidor Geraldo José de Abranches, Visitador deste Estado por parte do Santo Ofício. E recolhendo-se na Santa Igreja Catedral onde estava para se assentar o Senhor Inquisidor numa cadeira de espaldar sobre alcatifas, e com almofadas aos pés da parte da Epístola... depois de se concluir a missa se assentou o dito Senhor Inquisidor em outra cadeira no cruzeiro, junto da qual estava um altar portátil com uma cruz arvorada no meo e dois livros missais abertos na Sacra e com as mãos postas sobre eles fizeram de joelho o juramento da fé na forma do Regimento o Governador e Capitão Geral, Ouvidor, Juiz de Fora, Vereadores, Procurador do Conselho, Almotaceis, o Escrivão da Câmara e mesteres, os Meirinhos do Esclesiástico e da Ouvidoria, o Alcaide..."¹⁵

O exemplo tipifica o âmbito do poder do Santo Ofício que ultrapassa a esfera potencial deslocando-se para aquele do exercício efectivo. A Inquisição exerceu, em seu sentido mais amplo, o poder social. Encarna um poder estabilizado que impõe, na sua exteriorização, todo um aparato administrativo.

O Santo Ofício teve um campo de exercício de seu poder social quase ilimitado, na medida em que se apoiava na defesa dos interesses da divindade e naqueles do rei, seu representante na terra. Apoiado juridicamente nas concessões papais outorgadas principalmente nas Bulas, Breveds, nas doações do trono e nos seus próprios Regimentos, brandiu um poder coercitivo. Sobre uma base geral de voluntariedade pressionou psicologicamente a sociedade que foi manipulada pelo medo. Aqui se inscrevem as apresentações dos confitentes e dos denunciante, muitos acreditando serem tangidos pela própria consciência. E também a pressão psicológica retida na processualística do Santo Ofício que aflora, por exemplo nas advertências feitas àqueles que depunham perante o Inquisidor: "foi admoestado que pois tomava tão bom conselho como o de se apresentar nesta Mesa para nela confessar as culpas que tem cometido... e se lhe fez saber que está obrigado a declará-las todas miudamente com suas agravantes circunstâncias sem as encarecer ou desculpar porque o dizer só a verdade pura e sinceramente sem levantar a si ou a outro testemunho falso é o que convém para descargo de sua consciência, salvação de sua alma e seu bom despacho, pois fazendo o contrário, além de não alcançar a misericórdia que pretende se arrisca ao

¹⁵ Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão Pará. 1763-1769. Petrópolis, 1978 pg. 121-12.

rigoroso castigo que no Santo Ofício se costuma dar...¹⁶ Há que se levar em consideração a escala de valores culturais prevalentes no meio. Pode-se provocar determinado comportamento – desde que para tal haja lastro – criando-se uma relação simétrica de poder. A Inquisição ordena: apresentem-se todos os que tiverem cometido tais ou quais atos, dias tais ou quais palavras ou souberem de quem os paraticou ou disse. A população obedece imersa que estava num determinado clima onde vigia um consenso significativo. Acreditava-se na missão do Santo Ofício e acatavam-se os seus padrões.

Outras vezes o poder explícito do Tribunal foi detonado quando se configurou uma relação de poder unidirecional. Não obstante a legitimidade, a popularidade, a força do Santo Ofício, houve casos de rejeição ao poder institucionalizado, como aqueles dos criptojudeus. Constituíra-se um nexos causal onde as pressões pela homogeneidade das crenças não eram condições necessárias aos comportamentos daqueles que reivindicavam a inserção na vida heterogênea de outra fé. Uma atmosfera quase mística envolvia contestados e contestadores, levando à crença da legitimidade do ser e do agir dos agentes inquisitoriais.

A Inquisição coagia, dando origem a uma particular relação de mando e obediência. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, causava o comportamento rebelde do grupo cripto. Em graus diferentes foi-se definindo uma relação de reciprocidade do poder: o Tribunal agia porque provocado pelos que lhes eram hostis. A hostilidade era gerada pelas pressões sofridas a reação era, a seu modo, afirmação de poder pessoal ou grupal, tendo como pano de fundo a valorização do indivíduo e a reivindicação da liberdade.

O Santo Ofício teve ao seu dispor gama variada de recursos para exercer o seu poder a partir das relações estreitas com o trono e o papado. Criou o seu próprio saber, *i.e.*, produziu uma nova sensibilidade que se projectou na cultura moderns. Revitalizou o entendimento causal do mundo hierarquizando as esferas natural e sobrenatural. À experiência que permitira as classificações respondeu com a classificação das pessoas a partir da existência ou não da heresia e da sua integração maior ou menor na religiosidade cristã renovada. Não despe a natureza, de suas energias, leis ou beleza, mas antes acentua suas origens de coisa criada. O homem deve dominar a si próprio para dominar a natureza porque ambos são projecção da vontade criadora de Deus, a quem devem servir. Há que se aniquilar doante de Deus e de seus representantes na terra: a Igreja e o Rei. Este é o caminho do verdadeiro crescimento.

Se a expansão ultramarina tinha desvendado novas configurações mentais e culturais ao alargar os limites do mundo conhecido, a Igreja passou a integrá-los. Em seguida a Inquisição buscou o recém explorado e o inexplorado para ordená-los. Foi assim em Goa, nas Ilhas e no Brasil.

O Santo Ofício passou a vigiar as pessoas analisando o modo pelo qual vivem, coletando fatos, buscando estabelecer a verdade, o eventual conteúdo delituoso, o nível da realidade em que tais fatos podiam ser inseridos. Aquém e além mar. Mas antes e sobretudo ignorou a alteridade, o direito à diferença.

Faz parte d saber inquisitorial e justificação moral e política do direito de punir. Tal direito implicava o poder sobre o corpo. Corpo este sobejamente desprezado por estar ligado à atitude geral que se instalou em relação à dor – caminho de purificação – e à morte – portal de ingresso na vida eterna.

Para Foucault "estabelecer a verdade para os juizes era direito absoluto e um poder exclusivo".¹⁷ Aqui se inserem as penas públicas – açoites, galés, uso de hábito penitencial, fogueira – como cerimônias que manifestam o poder. Tem uma função jurídico política, criminal para se restabelecer a soberania lesada (do Rei, da Igreja, da Inquisição, nem sempre nessa ordem). A punição pública revelava o crime trazido à luz pela confissão, levando o condenado à humilhação e ao sofrimento para o bem de Deus, da Igreja, da fé, do autuado diz o saber do tempo.¹⁸ Outro poder, outro saber.

O saber dos vigiados

A maioria dos que se apresentaram ou foram chamados para explicar condutas – própria ou alheias – provinham dos redutos mais simples da população. Portavam consigo a cultura haurida informalmente, mas que continha um saber que aparelhava para resolver as dificuldades do dia a dia.

¹⁶ Confissão de José Januário in Livro da Visitação do Santo Ofício ao Pará cit., pg. 151.

¹⁷ Foucault, Michel: Vigiar e punir. História da violência nas prisões. Trad. 14a ed. Petropolis, 1996, pg. 36.

¹⁸ Idem, pgs. 47 e 51.

Se o Cristianismo tentava converter a cultura ocidental num conjunto unitário, o Santo Ofício guardou nuances étnicas e regionais que afloram nos comportamentos e nos discursos. Exemplos significativos contém o Livro da Visitação do Estado do Pará. Ali foi exposta à Mesa todo um universo da medicina rústica, por exemplo, isto é, "o conjunto de técnicas, de fórmulas, de remédios de práticas, de gestos, de que se lança mão para o restabelecimento da saúde ou a prevenção de doenças".¹⁹ Resulta numa série de aculturações da medicina popular de Portugal, da indígena e da negra. A interpenetração de técnicas e de conhecimentos deu-se no plano da natureza bem como no plano espiritual já que estiveram em contacto o pajé ameríndio, o feiticeiro negro e o bruxo europeu, com soluções próprias e específicos caminhos de lidar com o sobrenatural. Ou com aquilo que julgavam ser o sobrenatural e que certamente escapavam e muito da ortodoxia do Cristianismo.

A medicina mágica, parte da medicina rústica, abrange a benzedura e a simpatia. A primeira usa rezas, gestos e orações, tendo como oficial o curandeiro; a segunda, gestos e palavras, transferência e susto e tem como agentes as comadres, os pais, os mais velhos. Os curandeiros em geral, usavam conhecimentos provenientes de um pajé-feiticeiro curador e algumas práticas mágicas e místicas, além de recorrerem às virtudes medicinais da flora nativa. Usavam espécie de chocalhos, beberagens, fumos, palavras cabalísticas e orações católicas como o Pai Nosso, a Avé-Maria, o Glória Padre. Mais do que mistura de religiões, além do pensamento mágico, convergiam elementos culturais para se alcançar a saúde do corpo. Todos criam nos poderes sobrenaturais de certos indivíduos privilegiados que podiam tratar com anjos e com demónios. E muitos porque ousaram se entregar a tais práticas ou permitir tais crenças acabaram em situações indefensáveis diante da Inquisição.

Aos olhos do Santo Ofício tudo ficou muito suspeito. Assim preocupou-se o Visitador do Pará com o curandeirismo. José, preto mandinga, curava dores de cabeça e sufocação colocando uma mão no peito outra nas costas do enfermo, dando-lhe abanões, apertando sua cabeça e cuspidando e soprando nele, enquanto pronunciava palavras.²⁰ Ludovica Maria, chamada para, estancar um fluxo de sangue apalpou o ventre da doente, colocou um emplastro e passou a tanger um maracá dentro de um cabacinho atravessado por uma flecha, enquanto cantava em língua desconhecida dos que assistiam às suas acções.²¹

Nada de muito diferente quando a aima era a enferma. Casos de amor, ódio, inveja, nostalgia ou ciúmes solapavam a saúde de homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, letrados ou analfabetos, civis ou eclesiásticos, brancos, negros, índios ou mestiços. E surgiam males como o *quebranto* que só poderiam ser extirpados com benzeduras acompanhadas de palavras rituais. Domingas Gomes da Ressurreição era especialista em extirpar esse mal. Benzia o doente sem lhe pôr as mãos em cima formando uma cruz com os dedos. Essa cruz era deslizada ao longo do corpo enquanto se pronunciavam as palavras "fulano, co dois te deram e com dois te tirem" ou "dois olhos maus te deram, com três te hei de tirar que são as três pessoas da Santíssima Trindade Padre, Filho e Espírito Santo". Seguiam-se depois o Padre Nosso, a Avé Maria para a Paixão e morte de N. Senhor Jesus Cristo e pelas almas mais necessitadas do fogo do purgatório.²²

José Januário também benzia dizendo: "com duas te deram, com três ye tiram em nome de Deus e da Virgem Maria". Seguiam-se o Padre Nosso, a Avé Maria o Glória em honra da sagrada paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo e por tenção do enfermo.²³

Parte da magia negativa e erisipela e a dor de olhos requeriam benzeduras e eventualmente defumações. Domingas Gomes da Ressurreição curava a doença com a açoterapia, frases e inocações a Deus e à Virgem. "Pega-se uma faca e dá-se com ela dois toques em cruz sobre a parte enferma dizendo *Rosa branca corto-te*; dois toques com a faca *dizendo Rosa negra corto-te*; dois toques dizendo *Rosa encarnada corto-te*; dois toques *dizendo Rosa espungiosa corto-te*. Requeiro da parte de Deus e da Virgem Maria se tu és fogo selvagem ou erizipela não maltrates a criatura de Deus". Padre Nosso e Avé Maria.

A *dor de olhos* e o *ar dos olhos* requeriam benzeduras. Dois dedos em forma de cruz bem encostados nos olhos que tinham ar e as palavras: "Assim como isto é verdade que está nos Santos Evangelhos testamento da fé, assim curai-me esse olho que está debaixo desta cruz". Com os mesmos dedos faziam-se três cruces dizendo na

¹⁹ Araújo, Afceu Maynard: Medicina rústica. 3a. ed. São Paulo, 1973 pg. 46.

²⁰ Livro da Visitação do Santo Ofício ao Estado do Pará, cit., pg. 154.

²¹ *Ibidem*.

²² *Idem*, pg. 179.

²³ *Idem*, pg. 151.

primeira, na segunda e na terceira *Jesus seja contigo*. Depois, Padre Nosso, Avé Maria e Glória em honra da Paixão de Cristo.²⁴ Outra versão das palavras curativa: "Meu senhor Jesus Cristo assim como as vossas preciosas chagas foram sãs e salvas assim seja sã esta criatura desta dor de olhos que lhe não aporte mais. E seja sã".²⁵

O manejo empírico da medicina, integrado na cultura do povo buscava dar soluções aos problemas imediatos deixando, no entanto, entrever a simbiose entre tal tipo de medicina e o catolicismo. Mas acima de tudo revela o saber do povo sobre o próprio corpo e um determinado conceito da doença.

A sabedoria do homem comum também englobava o domínio do sentimento e da vontade alheias, incitando homens e mulheres à acção. Acção fundada em conhecimentos da magia. Um exemplo: a carta de tocar mulheres que no consenso comum tinha tal virtude que "qualquer que com ela fosse tocada infalivelmente lhe havia obedecer".²⁶ Na mesma linha, e não muito canónicas, as orações "para reconciliar vontades das pessoas que tendo trato ilícito entre si se desavieram apartando-se umas das outras", como a que pertencia a Maria Frutuosa.²⁷

Há um saber supersticioso guardado pelos homens comuns: as *Orações fortes*, rogos em formas misteriosas com significados poderosos e secretos. São súplicas a Deus e aos santos, eventualmente ao diabo, que não devem ser usadas comumente, mas apenas em momentos de grande aflição. Nelas são encontrados restos de fórmulas das bruxas medievais, alusões mitológicas, superstições greco-romanas e vários elementos do Cristianismo. Exemplos, a *Oração do Rio Jordão*, defensiva contra inimigos, a *Oração da Pedra Cristalina*, a *Oração do Meio Dia*, a *Oração da Cabra Preta*, a *Oração das Estrelas*.

A *Oração das Estrelas* procura o domínio do amor "...Juntem-se todas as nove estrelas e vão dar nove abalos no coração de Fulano..." "Se a Oração das Estrelas não me valei-me as 7 camisas do Menino Jesus. Ser as 7 camisas não me valerem, valei-me a hóstia consagrada. Se a hóstia consagrada não me valer, Fulano tu não sabes o que os padres nas santas missas vem na hóstia consagrada, e assim seja tu para mim. Fulano tu correrás atrás de mim como S. Marcos correu ao pé da Igreja pela mulher de Caim..."²⁸ Curiosa a invocação às estrelas e ao número 7 que é considerado do diabo. Termina com um Padre Nosso, uma Avé Maria e um Glória ao Padre para Nossa Senhora do Desterro e da Conceição.

Manuel Pacheco de Madureira, querendo conservar a amante que o abandonara recitava, em desespero a invocação "3 estrelas vejo, Jesus Cristo abrande e os 3 o coração de Fulana".

Às estrelas, resquício das superstições astrolátricas divulgadas na Península Ibérica durante os anos medievais e migradas para o Brasil as orações ajuntavam o Menino Jesus, a hóstia, os padres e S. Marcos além de Nossa Senhora.

No Pará do século XVIII Maria Josefa Bitencur ensivava a *Oração de São Cipriano* que tinha a virtude de dominar as vontades das pessoas. "Meu São Cipriano fostes Bispo e Arcebispo, Confessor do meu Senhor Jesus Cristo, vos pelo meu São Cipriano pela vossa santidade e da minha virgindade quero que tragais Fulano sem poder estar nem socegar sem comigo vir falar". Faz-se uma cruz com o pé esquerdo acompanhando com as palavras "Sato, Sarto que o Doutor Me queria dotar". Dar três pancadas no chão com o pé esquerdo e rezar 3 Padre Nossos, 3 Avés Marias dizendo "Não vos ofereço esta reza sem me obrares o vosso santo milagre".²⁹

Outros invocaram S. Marcos para atrair mulheres, como Manuel José da Maya, Manuel Nunes da Silva, Lourenço Rodrigues.³⁰ Ou ainda para alcançar o homem desejado de Maria Joana de Azevedo, que rezava para S. Marcos de Veneza fazendo com a cara cruces e mantendo os braços estendidos na direcção da casa do amado.³¹

A *Oração da Cabra Preta* mistura Santa Justina e a tríade infernal de Satanás, Ferrabrás e Cão Coxo. Termina com a reza do "Credo às avessas" ainda hoje recitado num acinte e num desafio à dogmática católica (Não creio em Deus padre todo poderoso que não criou o céu e a terra...). Pedem-se sinais de atendimento ao pedido: o cão ladrar, o gato miar, o galo cantar. Misturam-se símbolos e evocações para garantir o poder do homem realizar sua vontade.

²⁴ Idem, pg. 181.

²⁵ Idem, pg. 179-180.

²⁶ Confissão de Crescencio Escobar. Idem, pg. 130.

²⁷ Livro da Visitação do Santo Ofício ao Estado do Pará, pg. 22.

²⁸ Idem, pg. 237.

²⁹ Idem, pg. 132.

³⁰ Idem, pgs. 201, 239 e 243 respectivamente.

Já a *Oração do Meio Dia* pede para prender o coração do amado esquivo “se encontrases Fulano, dá-lhe 3 solavancos no coração”. Coração que deve ser fixado com “3 cravos encravados, com 3 hóstias consagradas, com 3 meninos pagãos e 3 cálices de missa consagrados”. O milagreiro deve ser S. Marcos. Importante é a hora em que é rezada: meio dia, o que acrescenta à reza uma pitada de magia. Meio dia é uma das quatro *horas abertas* que sempre atemorizaram, por ser o momento em que os feitiços agem com força e as pragas se tornam irresistíveis. As outras são a meia noite, as 6 horas da manhã e as 6 horas da tarde. Horas sem defesa, que pertencem à forças malévolas, quando aparecem seres fabulosos.

Exemplos como o da medicina ou o das orações evidenciam a posse pela população de um grande conhecimento empírico que constatando, descreve e estabelece fatos contidos em um discurso primitivo, muitas vezes eclético, mas evadido de heterodoxias, portanto ameaçador para a unidade que se pretendia alcançar. Entremostam a persistência de um individualismo reivindicador da liberdade de agir em busca da felicidade deste mundo, quer ela se apresentasse como saúde e bem estar, quer se revestisse de poder sobre ourém. Há um certo à vontade no se lidar com o Bem e com o Mal colocando-os a serviço dos próprios interesses. Há muitas vezes o esquecimento e até o desprezo pelo transcendente. Curiosamente tudo ocorre em um momento onde era denominador comum o desejo de um mundo disciplinado.

3. CONCLUSÕES

O Santo Ofício, inserido em Portugal no momento específico da passagem de uma versão cultural da modernidade para outra não se configurou um anti-Renascimento. Ao tentar reorganizar o pensamento, a sensibilidade e os comportamentos preocupou-se com modelos consagrados. Manteve, por exemplo, o conceito tomista de heresia: de doutrina, pecado e delito. Na prática combateu as novas modalidades da heresia, próprias dos tempos modernos que se insinuavam disfarçadas em novas versões da espiritualidade cristã. A situação histórica do país incentivava a rejeição ao novo princípio de autonomia das consciências e defendia a salvaguarda da vida transcendente. Preso ao trono era, por direito, necessariamente aliado do rei. Satisfaz as necessidades nacionais de então. Apresentou caracteres de modernidade porque defendeu os desideratos políticos e económicos do Estado ao combater um grupo supra nacional – o dos cristãos novos – integrantes da burguesia cosmopolita que concorria com o capitalismo nacional.

Tribunal régio, nele a justiça secular completava a justiça eclesiástica. O Direito Canónico era completado pelas Ordenações na execução das sentenças punitivas.

Criado pelo papa que sobre ele exercia autoridade, partilhou de uma jurisdição supra nacional. Redefiniu-se num mundo moderno já alargado. Tribunal forte, normativo, gerou seus próprios procedimentos com isso evitando conflitualidade de poderes. Prova-o a liturgia da pena que abriga uma afirmação enfática do seu poder e de sua superioridade intrínseca às instituições do tempo.

Defendia o Santo Ofício uma religião basicamente tradicional, tocada de inovações que vinham do Concílio de Trento. Foi sustentado principalmente por um clero aristocrático emerso das altas camadas da nobreza ou da própria realeza ou das altas dignidades da Igreja. Neste sentido tendia a ser de certa forma um órgão conservador preocupado com a preservação de uma ordem espiritual que se definia.

Preservando a ordem e a hierarquia a Inquisição encarnou uma forma específica do saber. Saber barroco que se definia no Ocidente e se acentuava na Península Ibérica.

Ao longo de sua vigência o Tribunal compôs os seus saberes que lhe permitiram actuar classificando hereges e heterodoxias, classificando as pessoas pela qualidade da crença – cristãos novos e cristãos velhos – , instalando uma política do medo catalisadora dos comportamentos. Assim aparelhada, vigiava. Para agir criou uma processualística composta pelos seus Regimentos flexibilizados pelos seus Estilos.

O Santo Ofício manejando o próprio saber impôs o medo com as ameaças aos confitentes e denunciante, no momento dos interrogatórios e da aplicação da tortura onde a dor e o sofrimento bem se encaixavam na cultura barroca. Instalou a importância da exemplaridade desvendada nos Autos públicos de fé, nos hábitos penitenciais,

²¹ Idem, pg. 250.

nas penas com pregão de açoites, galés e degredo. Ele se impôs principalmente por ter sido causa da perda da honra tisonando aqueles que em seus meandros se enredavam.

Na vida da Inquisição dos saberes se confrontaram: o erudito dos membros do Tribunal e o comum daqueles que por ele passaram. Não houve mescla de saberes. Uma análise dos discursos contidos na documentação, mesmo em se levando em consideração a transposição da oralidade para a escrita, parece prová-lo. Não houve conflitos, mas sim a oportunidade da imposição do poder do Santo Ofício aceito por grande parte da população que apresentava grande disponibilidade de crer. A outra parte fez valer o heroísmo da resistência que custou a alguns além dos sofrimentos, a perda das posses e da própria vida.

A Inquisição como saber integra a construção cultural do Barroco. Ao construir seus próprios saberes para actuar contagiou-se a cultura do tempo e acabou por acentuá-la. Ao registrar os saberes do homem comum e do homem letrado guardou parte da pequena tradição e da grande tradição, caminhos para a apresentação das mentalidades.

